Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA

Alessandra Silva Lobato
UFPA

p. 392-407

revista

Geo
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 2 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

LOBATO, A. S. Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 392-407, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/issue/view/6465>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.84539>.

Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA

Resumo

Os objetivos desta pesquisa são analisar os desdobramentos das políticas e as ações de turismo e de preservação do patrimônio cultural que intervêm na produção do espaço do centro histórico da cidade de Bragança-PA e a participação dos agentes ligados ao turismo e ao patrimônio cultural no processo social e histórico na produção do espaço de seu centro histórico. Fizeram-se levantamentos e análises bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas. O Estado é um agente que intervém no espaço com ações que visam a preservação. A população local também tem contribuído amplamente com a preservação do patrimônio cultural por meio de suas vivências num dos maiores expoentes do patrimônio bragantino, a Marujada de São Benedito. Quanto ao turismo, vários agentes atuam nesse espaço: a população local, os movimentos culturais e o Estado, um dos principais indutores do turismo, embora isso seja muito recente.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Centro Histórico. Bragança. Produção do Espaço.

Tourism, cultural heritage and production of space: an analysis of the historic center of Bragança city, at the State of Pará

Abstract

This research aims to examine the ramifications of the policies and actions of tourism and preservation of cultural heritage involved in the production of space of the historic center of Bragança city and how the participation of agents linked to tourism and cultural heritage occurs in the social and historical process of the production of space of the historic center of Bragança. Surveys and bibliographical and documentary analysis were performed; semi-structured interviews. The State intervenes in the space with elaboration and creation of actions that aim at preservation. The local population has also contributed to

the preservation of cultural heritage, through their experiences with one of the greatest exponents of Bragança's heritage, the "Marujada" of "São Benedito". Related to the tourism, there are many agents present in that space: the local population, the cultural movements and the State which is one of the major to induce the tourism in that place, however this has only occurred very recently.

Keywords: Cultural Heritage. Tourism. Historic Center. Bragança. Production of Space.

Introdução

Este artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado *Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, entre março de 2012 e março de 2014.

Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar os desdobramentos das políticas e ações de turismo e de preservação do patrimônio cultural que intervêm na produção do espaço do centro histórico da cidade de Bragança entre 2001 a 2011. Procurou também identificar e analisar a participação de agentes ligados ao turismo e ao patrimônio cultural na produção do espaço do centro histórico de Bragança.

Nesse sentido, cabe ressaltar que pensar no processo de produção do espaço amazônico não é tarefa simples, haja vista que as especificidades da região são elementos fundamentais para análise desse processo. O significado do rio é essencial para a compreensão dessa dinâmica, pois a grande extensão da rede hidrográfica na Amazônia caracteriza algumas dinâmicas socioespaciais que se dão na região. No entanto, é necessário frisar que a ferrovia construída no final do século XIX que ligava Belém à cidade de Bragança desempenhou uma função fundamental no processo de ocupação e povoamento da região nordeste do estado do Pará, como será tratado adiante.

Esta pesquisa teve como objeto empírico de análise o centro histórico do município de Bragança (Mapa 1), localizado a aproximadamente 210 quilômetros da capital Belém. Trata-se de uma cidade cujo processo de produção do espaço envolveu várias atividades e agentes que imprimiram naquele espaço rugosidades (Santos, 2008) que permanecem na paisagem urbana.

É necessário destacar o quanto a região amazônica carece de estudos sobre a análise da produção do espaço que revelem como decorrem processos, implicações e conflitos de ordem econômica, política, social e cultural e, em especial neste trabalho, o centro histórico da cidade de Bragança.

Este artigo está constituído de quatro seções. Na primeira, discute-se a atividade do turismo; na segunda, a ação federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no estado do Pará. Na terceira, analisam-se a produção do espaço e o patrimônio herdado de Bragança; e, por fim, discutem-se a questão patrimonial em Bragança e o planejamento do turismo por meio dos desdobramentos de políticas, planos e ações na produção do espaço de Bragança, vista como tendo as especificidades de uma cidade histórica da Amazônia e considerada uma das mais antigas do estado do Pará por alguns historiadores.

Mapa 1 – Localização do centro histórico de Bragança-PA

organização: João Júnior e Alessandra Lobato, 2013.

Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: algumas considerações

O turismo, como nos mostra Bertoncello (2010), é um fenômeno de longa data, que se expandiu a partir da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, o chamado turismo de massa consolidava-se no país, com o passar do tempo, a exemplo do ecoturismo, turismo de eventos, negócios e cultural – este último será exposto de maneira mais precisa no item três deste capítulo.

No entanto, essas diferentes manifestações e expressões do turismo no espaço apoiam-se nos deslocamentos que elas ensejam, promovendo mudanças nos espaços emissores e receptores e nos próprios espaços de deslocamento (Cruz, C., 1999).

Como atividade econômica consolida-se a partir do século XX, convertendo o espaço em objeto de consumo, com algumas de suas porções sendo apropriadas para o desenvolvimento e ampliação da atividade. Nesse sentido, percebe-se o quanto as discussões sobre o espaço se revelam necessárias, tanto para a compreensão dos agentes que atuam sobre ele, quanto pela análise e compreensão da organização atual. O espaço:

[...] reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (Santos, 2008, p. 33).

O espaço é constituído social e historicamente por meio do trabalho, fruto da articulação das relações sociais, como destacou Santos (2008). As necessidades apontadas pelo autor são permeadas de ações e intenções que contribuem para a constituição de objetos espaciais e irão provocar transformações no espaço.

Quando se trata da produção do espaço, é necessário compreender que esta envolve um processo conflituoso e contraditório, inclusive quando se refere ao turismo, como será analisado adiante. O turismo é, “antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (Cruz, C., 2003, p. 5). A cultura neste contexto será fortemente afetada por ser o turismo uma prática social.

O turismo proporciona ao espaço a introdução de objetos que irão permitir a realização da atividade, bem como mudanças sobre os objetos preexistentes, com o intuito de alterar os significados para atender a um novo processo (Cruz, C., 2003).

Para Lefebvre (1974), o desenvolvimento da atividade turística apresenta estreita relação com o modo de produção capitalista do espaço. Observa-se que “com a indústria do ócio, o capitalismo tem se amparado nos espaços deixados vagos: o mar, a praia, a alta montanha. Tem criado uma indústria nova, uma das mais potentes: a indústria do ócio” (Lefebvre, 1974, p. 221).

Os espaços influenciados pelo turismo e o lazer são espaços de aparências, aprisionados ao mundo das imagens que infligem à redução e ao simulacro. Amortizam a apropriação como “mercadoria de uso temporário” decidida pelo tempo de não trabalho (Carlos, 1999).

O patrimônio envolve herança e propriedade, como aponta Paes (2010). Apresenta-se como elemento espacial significativo e constituinte da própria identidade cultural. Sendo ele constituinte da identidade, é marcado por valores e significados que determinado grupo lhe confere. O patrimônio cultural compreende ainda várias dimensões, representando ideias e valores abstratos. É visto como um elemento mediador entre “diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais” (Gonçalves, 2005, p. 16).

Para Paes (2009), uma das formas mais recorrentes para se interpretar o patrimônio remete à história sociocultural que deve ser preservada. Essa necessidade conduz à compreensão das dimensões cultural, técnica e política.

Cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e

normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas – o tombamento é, assim, uma ação cultural, técnica e política (Paes, 2009, p. 163-164).

Nesse sentido, a patrimonialização abarca “um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais” (Paes, 2009, p. 164). Tratar de questões voltadas a esse tema requer o entendimento de que esse processo é conflituoso e contraditório na produção do espaço.

Paes (2010) ressalta ainda que a memória ou o tempo são elementos que, em distintas escalas e extensões espaciais, compartilham de esquemas e formas de estruturar a explicação simbólica do mundo e da vida cotidiana.

Nas últimas décadas, a valorização do patrimônio cultural para fins turísticos tem evidenciado a associação entre o “urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território” (Paes, 2009, p. 166). Nesse sentido, “as imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial” (Paes, 2009, p. 166).

O turismo cultural se favorece desse consumo do patrimônio que, transformado em mercadoria, é vendido como algo que transpira cultura. [...] em geral o consumo turístico do patrimônio aparece dentro de um campo reificado e fetichizado, algo que distancia a compreensão da inserção dos bens culturais na esfera das vivências sociais e mesmo dos processos sociais que os geram (Nigro, 2010, p. 75).

Assim, observa-se que o patrimônio cultural tem uma íntima ligação com o desenvolvimento do turismo cultural. Esse segmento apropria-se dos patrimônios, que são em alguns casos “vendidos” para o consumo dos turistas. Por outro lado, existem situações nas quais o desenvolvimento da atividade turística pode concorrer para a preservação de bens patrimoniais. Mas, para isso, a população local deve perceber o patrimônio como parte de sua identidade e participar das ações voltadas ao desenvolvimento do turismo nas cidades e das políticas ligadas à preservação do patrimônio, pois “as políticas culturais não deveriam ser, como ocorre, diretrizes e estratégias para ação de órgãos e áreas culturais, destinadas ao uso de órgãos e áreas culturais e respectivos públicos” (Meneses, 1992, p. 95); elas devem ir além.

A trajetória da política federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no estado do Pará: uma breve análise

Nessa seção apresenta-se a trajetória da política de preservação do patrimônio no Brasil e no estado do Pará. Essa trajetória pode ser dividida em duas fases: a “fase heroica” e a “fase moderna”.

A fase heroica corresponde o período entre décadas de 1930-1960. As discussões sobre patrimônio começaram a ganhar espaço no Brasil ainda nas primeiras décadas do século XX. Fonseca (1997) propõe uma periodização do processo de implementação das políticas de pre-

servação do patrimônio, destacando que, a partir da década de 1920, a temática do patrimônio passou a ser considerada politicamente relevante, implicando a participação do Estado. Neste período, alguns grupos passaram a debater a proteção de monumentos históricos, o que fez surgir as primeiras inspetorias estaduais nos estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

No âmbito social e político, o Brasil vivenciava o período da ditadura militar. Fatos como o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, provocaram mudanças na vida política e cultural da população brasileira. Esses fatos contribuíram para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1936, como destacou Fonseca (1997).

O movimento modernista foi de grande relevância para as transformações que começaram a ocorrer na área do patrimônio. O modernismo trouxe para aquele momento propostas novas e revolucionárias, mas também reivindicava a tradição.

Na fase heroica, apontada por Fonseca (1997), era nítida a centralização do poder, bem como das ações e dos agentes envolvidos nos processos de salvaguarda, realizadas quase que exclusivamente sobre o patrimônio histórico. Nesse período, a política de patrimônio seguia os moldes do que se propusera para a nação. Houve grupos que se opuseram à prática exercida naquele momento. A postura adotada pelo Sphan, e em especial pela rede criada por Rodrigo Melo Franco, gerou conflitos com regionalistas do Nordeste.

A fase denominada “moderna” que se constituiu a partir da década de 1970 começou influenciada pelos debates da década anterior e também pelos acontecimentos que estavam ocorrendo a nível nacional. Na gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura, criou-se a Política Nacional de Cultura, que teve como objetivo a inserção da cultura em uma política de desenvolvimento social traçada para aquele período (Chuva, 2012).

Foram criados órgãos e projetos de intervenção voltados ao patrimônio. Algumas ações foram o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) (Fonseca, 1997; Oliveira, 2008). A descentralização das ações passou a ser um dos princípios da nova política que começava a ser delineada no campo cultural.

Segundo Lima (2012), a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Pará começou em 1979, quando foi criada, em Belém, a 1ª Diretoria Regional do Sphan, cujo primeiro titular foi o arquiteto Jorge Derenji, que se estabeleceu na cidade e integrou a primeira turma de professores do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Inicialmente, a 1ª Diretoria abrangia todos os estados e territórios federais da região Norte. No entanto, devido à grande extensão territorial, logo se criou mais uma representação, desta vez no estado do Amazonas, “reagrupando os estados em menor número. Esta situação perdurou até 2009, quando o Instituto expande sua estrutura organizacional para todos os estados brasileiros” (Lima, 2012, p. 79), instituída pelo Decreto n. 6.844/2009.

Os primeiros anos foram marcados por um quadro técnico bastante reduzido, o que fez o Iphan buscar parcerias com os municípios no intuito de identificar e proteger o patrimônio cultural desses lugares. Esta prática não foi exclusiva da região Norte. De modo geral, o órgão buscou atuar junto aos municípios brasileiros, apesar das dificuldades de articulação entre as esferas de poder e de gestão de políticas e ações ligadas ao patrimônio.

Ressalta-se que, no Pará, a diversidade patrimonial é representativa tanto do ponto de vista material quanto imaterial; várias cidades “nasceram” às margens de rios como o Amazonas, o Tocantins, entre outros, e tiveram influência direta de seus colonizadores tanto nas formas como nos conteúdos que envolveram o processo de produção do espaço.

Lima (2012) ressalta que, no estado, houve a influência modernista na década de 1920 com a vinda de vários intelectuais. Esse período foi marcado pela movimentação e organização de vários grupos de artistas e intelectuais nas capitais brasileiras, que buscavam uma renovação do cenário nacional, principalmente, dos elementos ligados ao passado e à tradição.

Em certa medida, a configuração das políticas no Pará espelhou-se nas políticas nacionais, mas, com o tempo, notam-se mudanças em relação à preservação de bens. Ampliaram-se os conceitos de patrimônio, e manifestações populares, saberes e ofícios também foram incorporados a esse contexto de transformação.

Produção do espaço e o patrimônio herdado de Bragança

Nesta seção, apresentam-se a produção do espaço e o patrimônio herdado de Bragança (Foto 1). O processo de produção do espaço bragantino foi diferente de outros lugares do Brasil: teve diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais. Em um primeiro momento, a ocupação e a colonização da Amazônia ocorreram em grande parte por meio dos rios, com a presença de fortificações militares e ordens religiosas. Porto-Gonçalves (2001) aponta que esses processos se desenvolveram “entre a cruz e a espada”.

A ocupação da Amazônia nasceu sob o signo da disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial. Franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis deixaram suas marcas no território amazônico. Não apresentando para os portugueses, pelo menos no início, as mesmas condições de exploração comercial de outras áreas de seus vastos impérios coloniais, a Amazônia passou a ser vista como uma reserva, como um potencial de exploração futura sobre o qual, no entanto, haveria que se firmar a soberania (Porto-Gonçalves, 2001, p. 80).

É diante desse contexto que Porto-Gonçalves (2001) irá tratar não de uma Amazônia e sim de várias “Amazônias”, pois a extensão territorial da região contribuiu para que os processos ocorressem de maneira diferenciada.

De acordo com Nonato da Silva (2006), o primeiro núcleo populacional da atual cidade de Bragança foi organizado pelos colonizadores portugueses, que conquistaram o território a partir da colonização na região do rio Caeté ou Caité (A junção *caa* + *y* + *eté*, seria “mato bom, verdadeiro”, na língua tupi). A região era habitada principalmente por indígenas e teve várias denominações até chegar à atual.

O processo de colonização da região iniciou ainda no século XVII, mais precisamente em 1613, com as expedições que adentraram o espaço amazônico na busca pelo reconhecimento do território. Primeiro com os colonizadores franceses, com a expedição do senhor de La Ravardière, Daniel de La Touche, pelo rio Amazonas e depois com os portugueses, com a expedição de Pedro Teixeira.

Foto 1 – Frente urbanizada da cidade de Bragança, com muitas pequenas embarcações de pesca

fonte: Alessandra Lobato (acervo pessoal, trabalho de campo, 2010).

Com o passar do tempo, esse espaço foi se transformando, o rio passou a dividir espaço com outros meios que permitiram a circulação como a ferrovia e as rodovias. O espaço foi modernizando-se com a implementação de novas técnicas e equipamentos urbanos. A chegada da EFB promoveu novas transformações àquele espaço. Se antes o rio era a principal via da região, a estrada de ferro passou a compartilhar com o rio a circulação, o que também ocorreu com a abertura das rodovias.

A construção da Estrada de Ferro Bragança, no século XIX, foi um momento de grandes transformações na produção do espaço bragantino. Entre os fatores que a motivaram, a intenção de acentuar a colonização da região foi um dos mais expressivos. Várias vantagens¹ foram oferecidas a imigrantes nacionais e estrangeiros, o que provocou “considerável impulso e desenvolvimento social e econômico” (Cruz, E., 1955, p. 67).

Além deste, havia a necessidade da “ligação efetiva com o Maranhão e a conquista eficiente do sertão intermediário” (Égler, 1961, p. 77). Este projeto estava associado ao objetivo mais amplo de sanar os problemas decorrentes da “intensificação do povoamento e consequente aumento da produção agrícola” (Égler, 1961, p. 77).

¹ Vantagens como a disponibilidade de terras para que os colonos pudessem plantar e nelas se fixar, produzindo e ocupando o território.

Naquele período, era interessante criar uma área produtora de gêneros agrícolas para abastecer os seringais; o projeto tornou-se, assim, uma necessidade naquele momento, e foi possível graças aos impostos obtidos pelo governo da Província, que geraram um capital capaz de financiar essas ações que provocaram significativas transformações socioespaciais na região.

A partir da década de 1960, a EFB foi desativada e a região passou por sérias transformações, principalmente nos municípios que se desenvolveram a partir da estrada de ferro. A produção agrícola declinou e isso contribuiu para a extinção de algumas colônias agrícolas. Além disso, ainda na década de 1950, teve início a construção da rodovia Belém-Bragança, com um traçado paralelo à EFB, que posteriormente serviu como eixo para a criação da Belém-Brasília (BR-010) e rodovia Pará-Maranhão (BR-316) (Idesp, 1977).

Um novo padrão de organização se instalou na região, o padrão rodoviário. Esse padrão permitiu transformações do ponto de vista da circulação, tanto de pessoas quanto de mercadorias; entretanto, ressalta-se que Bragança não se tornou a principal centralidade da região nordeste do Pará, papel exercido por outras duas cidades: Castanhal e Capanema.

Bragança possui um representativo acervo arquitetônico, que se constituiu ao longo do processo de produção da cidade: são edificações, palacetes, coretos e praças que remontam a períodos da economia da borracha e da estrada de ferro, que influenciaram social, cultural e politicamente a pequena cidade. Além do patrimônio arquitetônico, cabe ressaltar o patrimônio imaterial, representado pelas manifestações religiosas, culturais, os saberes e ofícios e as próprias vivências.

A questão patrimonial em Bragança e o planejamento do turismo: desdobramentos das políticas, planos e ações na produção do espaço

Em entrevistas realizadas com agentes ligados ao poder público municipal, concluímos que o mesmo reconhece o patrimônio cultural da cidade expresso na paisagem urbana não apenas pelas formas espaciais, resquícios de um passado, mais também pelas manifestações culturais e religiosas. Isso pôde ser constatado quando os técnicos da Secretaria de Cultura e Desporto foram questionados sobre como observavam o patrimônio cultural da cidade de Bragança.

Bom, eu percebo que o patrimônio cultural é bastante diversificado, bem é assim muito rico e ainda mal explorado por uma série de fatores, tanto faz ser pelo poder público, a gente tem muita falha em relação a isso; eu sei que a gente tem que dar a cara a bater eu sei que é verdade, e também, por um processo mesmo de que, ao longo do tempo, apesar de ter um patrimônio cultural grande, assim rico, diversificado, mas nunca teve uma política assim efetiva que melhorasse, desse mais visibilidade, leis mesmo. Leis nem sempre saem do papel, mas ações mais concretas de fato sim, assim ainda tá se buscando isso, mas o patrimônio cultural que a gente tem aqui, o patrimônio histórico edificado, nós temos patrimônio material, diversas manifestações né, temos festival junino, temos bois, pássaros juninos, temos os ofícios né, tem uma série de diversidade assim que nem mesmo o poder público tem ciência do que tem no município, porque a

gente não tem um inventário pra ter uma noção assim, quantificar o tamanho desse patrimônio (Técnico da Secretaria de Cultura e Desporto do Município de Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Como se pode constatar a partir dos depoimentos acima, o poder público local tem conhecimento da diversidade do patrimônio cultural em Bragança e das lacunas que existem em relação à sua preservação ou conservação, o que se liga a uma série de fatores.

Ressalta-se que, na década de 1990, mais precisamente no ano de 1995, o poder público municipal chegou a instituir uma legislação sobre o patrimônio cultural de Bragança, a Lei n. 3.120/95, que dispunha sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental de Bragança e dá outras providências.

Analisando as orientações presentes no referido diploma legal, observa-se que o mesmo indica medidas bem atuais para o contexto da época. No entanto, essa lei não tem sido aplicada na prática. Além disso, destaca-se que, apesar do vasto patrimônio presente na cidade, até o início do século XXI não se tinha nenhum bem tombado pelo poder público. Isso evidencia como o patrimônio torna-se cada vez mais suscetível as diversas situações, que vão desde a depreciação pelo tempo até as de caráter humano como a depredação, a especulação imobiliária, entre outros.

A partir de meados dos anos 2000, o poder público municipal instituiu outros instrumentos que visavam atender as demandas referentes à proteção e à preservação do patrimônio cultural. Com isso, uma das primeiras menções ao patrimônio nesse período foi posto no Plano Diretor Participativo de Bragança criado pela Lei n. 3.875 (Bragança, 2006). Posteriormente, criaram-se dois decretos de tombamentos que visavam à preservação de alguns imóveis localizados no centro histórico da cidade. O primeiro decreto criado no ano de 2006 e o segundo em 2008, totalizando o tombamento de doze imóveis e um coreto.

Analisando-se as diretrizes estabelecidas no plano diretor, percebeu-se que elas englobam um conjunto de ações fundamentais para a preservação. No entanto, a maior parte do que foi proposto não se cumpriu e prazos não foram cumpridos.

Outros instrumentos criados ao longo da primeira década do século XXI foram os decretos de tombamentos. Como dito anteriormente, o objetivo da criação foi tentar preservar alguns prédios históricos de valor histórico e cultural que se encontravam muito ameaçados. Ressalta-se que, no centro histórico, há mais edificações que poderiam ter sido tombadas. No entanto, os critérios de seleção levaram à determinação de apenas treze bens.

Ao analisar os decretos supracitados, constata-se que eles são resultados de um processo no qual o tombamento é um instrumento que deve ser entendido como resultante de uma ação que é cultural, técnica e política (Paes, 2009). Nota-se que os decretos foram criados com o objetivo de tombarem alguns imóveis de Bragança no intuito de preservá-los, pois lhes foi dado um determinado valor. Além disso, envolveu um processo de seleção resultante dos interesses e conflitos da equipe que constituiu a Secretaria de Planejamento do município naquele momento.

Sabe-se que o instrumento de tombamento não garante que efetivamente o bem será preservado, mas é uma ação que pode contribuir com a concretização de outras ações como, por exemplo, o acesso a editais de fomento a requalificação urbana, reforma e restauro lançados tanto por órgãos estaduais quanto federais.²

No centro histórico de Bragança não há nenhum bem tombado pelo Iphan o que faz com que a atuação desse órgão seja bastante frágil, apesar de ambas as partes – Iphan e município – afirmarem que existem parcerias. Observa-se que existiram ações, mesmo sendo elas pontuais ou ocorrendo em um determinado período de tempo.

A nível estadual, há em Bragança dois tombamentos: o imóvel de Sebastiana Vanda Fernandes de Medeiros decretado pelo Ato de 15 de setembro de 1999 (Foto 1) e o polígono incluindo o Complexo da Igreja de São Benedito (Templo, Barracão da Marujada e Coreto), localizado na praça 1º de outubro, observe o polígono contido no Mapa 1. Esse foi decretado pelo Ato de 11 de setembro de 2006. O tombamento desses imóveis, tratou-se também de medida para resguardar esses patrimônios.

Outra ação importante sobre a discussão e a preservação do patrimônio cultural em Bragança ocorreu no ano de 2009. A Marujada de São Benedito foi declarada patrimônio cultural e artístico do estado do Pará pela Lei Estadual n. 7.330, de 17 de novembro de 2009 (Pará, 2009). Apesar de a manifestação ser bastante antiga e expressar-se como parte da identidade do bragantino, até aquele momento não se tinha um instrumento jurídico para sua preservação. No entanto, ressalta-se que a preservação dessa manifestação foi realizada pela própria população; marujos e marujas que repassam as novas gerações o conhecimento e os saberes da Marujada. Em parte, a lei representou um avanço em termos de discussão sobre patrimônio em Bragança.

Quanto ao turismo constatou-se que Bragança não dispõe de uma política municipal de turismo, mas conta com um Conselho Municipal de Turismo e diretrizes para o turismo no plano diretor. Observa-se a necessidade um planejamento turístico mais adequado às especificidades do lugar como será discutido adiante. Além disso, por não ter um plano municipal, o município seguiu o que era proposto no antigo plano de turismo do Estado (PDT-PA/2001-2011) e no Plano Nacional de Turismo como se constatou também por meio das entrevistas.

O maior fluxo de turistas procura o distrito de Ajuruteua, mas, no mês de dezembro, deve-se à Festividade de São Benedito. O ponto máximo acontece nos dias 25 e 26 do mês, quando uma procissão percorre algumas ruas da cidade no fim da tarde do dia 26.

A Marujada de São Benedito é uma das expressões culturais e identitárias de parte da população bragantina, que a vê como um elemento que poderia ser trabalhado pelo turismo. Em parte, isso já está ocorrendo, mesmo que não totalmente planejado. Percebe-se que essa visão da Marujada começa a ser mais explorada no novo plano de turismo, como veremos.

Constatou-se no plano anterior que determinados segmentos do turismo foram priorizados como o sol e praia e os ligados à natureza. A cultura e o patrimônio praticamente não foram levados em conta, apesar da diversidade patrimonial de Bragança.

² Essa é uma medida interessante, mas que, mal trabalhada, pode gerar problemas e conflitos entre os agentes ligados tanto ao patrimônio quanto ao turismo, no caso de se usar o patrimônio como atrativo de turismo.

Esse quadro começou a mudar com o novo plano estratégico de turismo do estado do Pará, lançado no ano de 2012. O Plano Ver-o-Pará propõe um novo olhar sobre o desenvolvimento do turismo na região, o que se expressa pela inserção de outros segmentos do turismo que não foram priorizados no plano anterior como o turismo cultural.

O novo plano de turismo propõe mudanças quanto às questões relacionadas ao turismo no estado do Pará. Mudanças no sentido da seleção daquilo que será transformado em mercadoria para o turismo, pois se no plano anterior a natureza foi a maior prioridade, no plano atual busca-se uma aliança maior e uma relação mais estreita entre natureza e cultura, seja material ou imaterial. E isso já começa a se refletir em Bragança.

O fato da cidade ainda não ter um plano municipal de turismo, contribuiu para que grande parte das ações e projetos criados pela Secretaria de Turismo estivesse em consonância com que foi estabelecido nos planos de turismo estaduais como citado anteriormente.

Então assim a gente não poderia te dizer hoje sem esse plano municipal de turismo pronto quais as modalidades ou segmentos que são trabalhados. O que a gente tem como formato hoje? A gente não tem o plano pronto a gente não vai fazer nada, não. A gente vai fazer alguma coisa por quê? Porque o que está servindo de base hoje é o plano estratégico de turismo do Estado, que já indica o que seria para Bragança, para alguns municípios do polo Amazônia Atlântica quais seriam as atividades desenvolvidas.

Bragança é um dos municípios turísticos do estado. Está demonstrado dentro desse plano estadual de turismo que a gente tem o turismo cultural como sendo o segmento prioritário para o município, mas a gente precisa desse documento construído especificamente na nossa região pra que a gente determine direito quais serão nossas ações por quê? A gente percebe que tem uma grande vocação pro turismo de base local, uma grande vocação pro turismo rural entendeu, então a gente gostaria de dar a mesma importância para outros segmentos, né? Então especificamente nessa situação do plano, enquanto a gente não tiver o nosso pronto, nós estamos seguindo o plano estratégico do Estado (Técnica da Secretaria de turismo de Bragança. Entrevista concedida durante de trabalho de campo em julho de 2013).

Para mostrar um reflexo do que já vem sendo trabalhado pelo município quanto ao turismo, cita-se um projeto criado pela Secretaria de Turismo para o desenvolvimento do turismo religioso. No ano de 2013, o projeto “Fomento ao turismo religioso com foco na festividade de São Benedito em Bragança-PA” foi selecionado pelo Ministério do Turismo. O objetivo é justamente o apoio à manutenção da festividade.

Nota-se que começa a ocorrer uma mudança da concepção de turismo que se pretende desenvolver no município muito recentemente. Por muito tempo, principalmente, no período de vigência do plano de turismo anterior, o patrimônio natural esteve entre as prioridades para o desenvolvimento da atividade.

Considerações finais

A paisagem urbana do centro histórico de Bragança apresenta rugosidades espaciais (Santos, 2008) que constituem a diversidade patrimonial local. Não se tratam apenas de edificações antigas, mas de um patrimônio vivo, expresso nas manifestações culturais, religiosas, no modo de ser bragantino e nas vivências. Trata-se de um espaço constituído pela materialidade e imaterialidade, que, juntas, formam aquilo que é tido como parte de sua história e cultura.

A integração do município com o restante da região, inicialmente pela estrada de ferro e depois pelas rodovias, concorreu para surgir outras atividades econômicas; neste trabalho em particular, o turismo. Constatou-se que parte expressiva do fluxo turístico ocorre à Vila de Ajuruteua, a cerca de 35 quilômetros do centro urbano. Entretanto, nos últimos anos, tem-se buscado reconhecer e valorizar o patrimônio cultural que também constitui o município, a exemplo do que ocorre no centro histórico.

Como constatado, os instrumentos de salvaguarda do patrimônio são principalmente decretos de tombamento. Nos últimos dez anos, criaram-se decretos desses para preservar e conservar os bens selecionados devido a sua importância histórica e cultural. Ainda na década de 1990, criou-se uma lei de preservação do patrimônio cultural de Bragança, ainda não posta em prática.

Apesar de se falar na diversidade patrimonial de Bragança, a seleção dos bens patrimonializados é política, pois se trata de uma decisão coletiva sobre o que preservar na memória coletiva da população. Assim, os tombamentos são uma ação técnica, política e cultural (Paes, 2009).

Diante do observado e dos documentos analisados, nos últimos anos, as principais ações de preservação do patrimônio cultural se deram pela criação de instrumentos como, por exemplo, o Plano Diretor Participativo do Município de Bragança, os decretos e os atos de tombamento municipais e estaduais, além da vivência da população local.

Os tombamentos são apenas uma parte do complexo processo que envolve as ações mencionadas nos decretos. Percebe-se que não basta criar instrumentos, mas é necessário que a fiscalização e a gestão sejam efetivas, tendo em vista os projetos e as ações de preservação e conservação criados em parceria entre o município e o estado com o apoio do Iphan, Seção Pará.

Apesar das observações levantadas na análise dos documentos, destaca-se que esses instrumentos representaram um avanço na discussão sobre a preservação do patrimônio cultural. Um exemplo é o reconhecimento pelo poder público estadual da Marujada de São Benedito como patrimônio artístico e cultural do Pará. Como se constatou nas entrevistas, a Marujada de São Benedito é prioridade na criação de projetos e ações para desenvolver e fortalecer o turismo, que depois serão estendidos para o patrimônio arquitetônico.

De acordo com o material analisado, há uma série de medidas que pretendem envolver o patrimônio cultural de Bragança no mercado turístico. Isso pode ser constatado sobretudo no novo plano de turismo. O plano anterior não enfatizava tanto os aspectos culturais e patrimoniais. Será importante observar como se processarão essas transformações, já que o novo plano estará em vigência até 2020.

Dos agentes ligados ao patrimônio, o Estado é o mais representativo do ponto de vista do planejamento e da elaboração de ações referentes ao patrimônio e aos instrumentos para salvaguardá-lo. Em Bragança, ainda não há uma associação de defesa do patrimônio como as que existem em Belém, como a Associação dos Agentes de Patrimônio da Amazônia (Asapam), a Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel) e a Associação Cidade Velha Cidade Viva (CiViva). Poderia ser uma forma de pressionar o poder público municipal a cumprir o estabelecido nos documentos oficiais.

Os agentes ligados ao turismo são muito diversos. Em Bragança, não se observa um caso consolidado de “turistificação do espaço”, até porque o fluxo turístico dirige-se sobretudo à praia de Ajuruteua. O Estado, representado pelo poder público municipal, é um dos maiores indutores de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo. Ajuruteua continua sendo o principal lugar onde o município investe para receber turistas. Entretanto, nos últimos anos, a questão cultural tem sido mais trabalhada com as orientações do novo plano de turismo que está sendo elaborado.

Representados por agências de turismo, os agentes de mercado são territorialmente poucos, mas oferecem *city tour* pela cidade. As agências de Belém também vendem pacotes para Bragança. Assim, ainda que pequena, observa-se a articulação desse mercado. Os agentes ligados diretamente ao turismo – donos de hotéis, bares e restaurantes localizados no centro histórico – fazem ações que envolvem a atividade turística. Nas entrevistas, constatou-se que eles consideram o patrimônio cultural muito relevante para o desenvolvimento do turismo.

Os moradores que moram ou frequentam diariamente o centro histórico também participam do processo, mesmo que não estejam envolvidos diretamente com o turismo. Observa-se essa participação na festividade de São Benedito, momento em que é mais intenso o fluxo de turistas, depois do período de veraneio. São pessoas comuns que participam ao longo de todo o ano, mas que se destacam ainda mais no período de São Benedito. Isso está relacionado à própria dinâmica social e cultural que eles acabam desenvolvendo no período. Vale ressaltar que, nas entrevistas, esses agentes não são contra o turismo na cidade. Alguns disseram que ele pode realmente trazer benefícios para a população. Entretanto, é preciso pensar o planejamento e a gestão de uma atividade tão complexa.

Diante do exposto e analisado, conclui-se que o centro histórico de Bragança tem uma diversidade patrimonial representativa: é o patrimônio edificado juntamente com sua imaterialidade. Observa-se que não há na cidade uma política de preservação do patrimônio em Bragança, mas instrumentos que podem fornecer a base para isso.

Quanto ao turismo, nota-se que o centro histórico de Bragança tem potencial para o turismo cultural e que, nos últimos anos, os agentes começam se interessar mais ainda pelo desenvolvimento dessa atividade. O patrimônio cultural de Bragança é apropriado pelo turismo, sobretudo pela festividade de São Benedito. O município e o Estado desenvolvem um trabalho de *marketing*, principalmente devido às propostas estabelecidas no novo plano de turismo.

Em síntese, nota-se que os agentes ligados ao patrimônio e ao turismo desenvolvem ações no conflituoso e contraditório processo que é a produção do espaço, a partir dos seus interesses de preservação e transformação do patrimônio cultural em atrativo turístico.

Referências

- BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-53.
- BRAGANÇA. Lei n. 3.875, de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e dá outras providências. Bragança, 2006.
- CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- CRUZ, E. **A Estrada de Ferro Bragança**: visão social, econômica e política. Belém-PA: SPVEA, 1955.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.
- _____. **Política de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 75-103, jul./set., 1961.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Sphan, 1997.
- GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos (Online)**, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- IDESP. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Caracterização socioeconômica da região nordeste do Pará**. Belém: IDESP, 1977.
- LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Trad. Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto-PT: Publicações Escorpião, 1974. (Cadernos O Homem e a Sociedade)
- LIMA, M. D. O Iphan no Pará: 30 anos na coordenação e implementação das políticas federais no estado. **Revista Online Tucunduba Arte e Cultura**, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/PUBLICACOES/DAC/REVISITA%20-%20TUCUNDUBA%203%20-%20WEB.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- MENESES, U. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/ SMC, 1992.

1. NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.
 2. NONATO DA SILVA, D. B. R. **Uma história de Bragança sob novos olhares**: cartilha. Bragança: Prefeitura Municipal de Bragança/Seplan, 2009.
 3. _____. **Os donos de São Benedito**: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
 4. OLIVEIRA, L. L. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
 5. PAES, M. T. D. Apresentação e introdução. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-32.
 6. _____. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.
 7. PARÁ. Lei n. 7.330, de 17 de novembro de 2009. Declara como patrimônio cultural e artístico do estado do Pará a Marujada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. 31.548. 19 nov. 2009.
 8. PARÁ. Plano de Desenvolvimento do Turismo do estado do Pará (PDT-PA). Belém: Paratur/THR, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Edusp, 2008.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Relatório de Bens Tombados pelo Município de Bragança**. Bragança, 2009.